

Representação pede intervenção do MPDF

DARSE JÚNIOR

DA EQUIPE DO CORREIO

O tombamento de Brasília ganhou um aliado na luta contra a poluição visual. O Ministério Público do Distrito Federal (MPDF) recebeu ontem uma representação para que passe a intermediar a discussão entre os empresários do mercado publicitário e os órgãos de preservação da cidade. Carlos Farias Pontes, membro do Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília (Conpresb), pede que o problema seja solucionado por meio de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) – documento em que os envolvidos se comprometem a cumprir determinadas medidas acordadas.

Pedido similar havia sido protocolado no MPDF em 2002. A proposta era no sentido de se proibir a instalação de propaganda com menos de dois metros acima do solo e de conceder um prazo de 90 dias para os empresários se adequarem à determinação. O documento previa ainda a retirada de banners das fachadas dos prédios, dos outdoors de cima das edificações e a regulamentação de um afastamento mínimo de um metro dos painéis até as vias públicas. Nenhuma dessas medidas foi executada. "Não podemos mais continuar a ver de braços cruzados

"dos essas agressões", comenta Carlos Pontes.

A nova representação será avaliada pela 4ª Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística (Proub). Se for considerado válido, o documento poderá ajudar a colocar defensores de Brasília e empresas de propagandas frente a frente. Para o superintendente regional do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Alfredo Gastal, é preciso tomar providências urgentes para assegurar a preservação visual da capital. "Vamos agir na hora certa para combater as ameaças ao tombamento", afirma.

O documento protocolado no MPDF ontem ressalta a necessidade de se reagir à poluição visual. "Brasília foi a primeira cidade contemporânea do mundo inscrita como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco. A proposta de limpeza visual, de prédios despojados, sem placas nem luminosos, aos poucos está sendo desfigurada", destaca a representação. Não há prazo para uma resposta do MPDF.

O presidente do Sindicato das Empresas de Propaganda Exterior, Raimundo Liberato, afirma que a falta de regulamentação também atrapalha a categoria. Ele garante que está disposto a dialogar com os órgãos governamentais para encontrar a melhor solução para o problema.